



Introdução

1. O eu na internet
2. Entrando em um reality show
3. A otimização constante
4. Heroínas puras
5. Êxtase
6. A história de uma geração em sete golpes
7. Viemos da velha Virgínia
8. O culto da mulher difícil
9. Com temor, eu te desposo

Agradecimentos

Leituras de apoio

Autora

Créditos

Aos meus pais

Introdução

Escrevi este livro entre a primavera de 2017 e o outono de 2018, um período no qual a identidade americana, a cultura, a tecnologia, a política e o discurso pareciam se fundir em uma intolerável supernova de conflitos em constante evolução, uma fatia de tempo em que a experiência cotidiana parecia, ao mesmo tempo, um elevador parado e uma montanha-russa de um parque de diversões, período em que muitos de nós pensávamos que as coisas não podiam ficar piores, mas é claro que depois pioraram.

Durante esse tempo, descobri que mal podia confiar no que eu estava pensando. Uma dúvida que sempre paira bem no fundo de minha cabeça se intensificou: quaisquer conclusões a que eu chegar sobre mim, minha vida ou meu ambiente têm tanto a chance de estarem certas quanto diametralmente erradas. Para mim, é difícil articular essa suspeita, em parte porque geralmente a elimino escrevendo. Quando me sinto confusa em relação a alguma coisa, escrevo sobre ela até que eu me torne a pessoa que aparece no papel: alguém que é plausivelmente confiável, claro e intuitivo.

É exatamente esse hábito — ou compulsão — que faz com que eu desconfie que estou me enganando. Se eu fosse, de fato, a pessoa calma que pareço ser no papel, por que precisaria sempre elaborar uma narrativa que me faz chegar até ela? Tenho dito a mim mesma que escrevi este livro porque fiquei confusa depois das eleições, porque a confusão está em desacordo com meu temperamento, porque escrever é minha única estratégia para fazer o conflito sumir. Essa história acaba me convencendo, mesmo que eu possa ver o negativo da imagem: escrevi este livro porque estou sempre confusa, porque nunca posso ter certeza de nada e porque me sinto atraída por qualquer mecanismo que

possa me afastar dessa verdade. Escrever é a maneira que tenho de me livrar de minhas ilusões, ou de desenvolvê-las. Uma narrativa conclusiva e recorrente é, em geral, uma narrativa duvidosa: que uma pessoa “não gosta de drama”, ou que os Estados Unidos precisam ser incríveis de novo, ou que os Estados Unidos já são incríveis.

Estes ensaios falam sobre as esferas da imaginação pública que moldaram minha compreensão de mim mesma, do país e desta época. Um é sobre a internet. Outro é sobre “otimização”, o surgimento do *athleisure* como um estilo de vestuário fetichista do capitalismo tardio, e as aplicações constantes e sem fim da ideia de que, ao longo do tempo, os corpos femininos devem melhorar seu desempenho no mercado. Há um ensaio sobre drogas e religião, e a forma com que o êxtase conecta as duas coisas; outro sobre golpes como o *éthos millennial* definitivo; outro ainda sobre a jornada da heroína literária, de garota corajosa a adolescente deprimida e, por fim, a mulher adulta amarga possivelmente morta. Um ensaio conta sobre minha participação em um reality show na adolescência. Outro fala sobre sexo, raça e poder na Universidade da Virgínia, minha alma mater, onde uma série de histórias convincentes levou a enormes custos ocultos. Os dois últimos falam sobre a obsessão feminista por mulheres “difíceis” e a crescente insanidade que eu comecei a adquirir lá pelos vinte anos, quando tinha a sensação de que, anualmente, eu estava comparecendo a alguns milhares de casamentos. São os prismas através dos quais eu conheci a mim mesma. Neste livro, tentei desfazer os atos de refração desses prismas. Queria ver do jeito que veria em um espelho. É possível que, em vez disso, eu tenha pintado um elaborado mural.

Mas tudo bem. Os últimos anos me ensinaram a deixar de lado meu desejo por conclusões, a aceitar que nada é estático e que a negociação será perpétua e, principalmente, a esperar que as pequenas verdades continuem surgindo com o tempo. Enquanto eu estava escrevendo os ensaios, um desconhecido tuitou um trecho de um artigo que escrevi no site Jezebel em

2015, destacando uma frase que falava sobre o que as mulheres pareciam querer dos sites feministas — um “falso espelho que carrega a ilusão da perfeição, assim como a opção autoflageladora de, constantemente, encontrar defeitos”. Quando pensei no título para este livro, não me lembrava de ter escrito essa frase e, quando escrevi o texto para o Jezebel, eu não tinha entendido que ela também explicava algo mais pessoal. Comecei a perceber que, durante toda a minha vida, deixei migalhas de pão pelo caminho. Não importava que eu nem sempre soubesse em direção a que estava caminhando. Valia a pena, dizia a mim mesma, apenas tentar ver com clareza, mesmo que levasse anos para que eu entendesse o que estava tentando enxergar.

1. O eu na internet

No início, a internet parecia uma coisa boa. “Fiquei apaixonada na primeira vez em que usei a internet no escritório do meu pai, achei que era a COISA MAIS LEGAL DO MUNDO”, escrevi aos dez anos em uma subpágina do Angelfire chamada “A história de como Jia ficou viciada na web”. Em uma caixa de texto sobreposta a um fundo violeta horrível, continuei:

Mas isso foi no quinto ano, e tudo que eu fazia era entrar em sites sobre Beanie Babies. Com aquela lata-velha de computador, não tínhamos internet em casa. Até a AOL parecia um sonho distante. Então, na primavera de 1999, compramos um computador top de linha, e é claro que ele veio com todas aquelas demos. Finalmente eu tinha AOL e fiquei completamente maravilhada com o fato de criar um perfil, entrar em salas de chat e trocar mensagens instantâneas!!

Então, eu escrevi, descobri as páginas pessoais. (“Fiquei encantada!”) Aprendi HTML e “alguns truquezinhos de Javascript”. Criei minha própria página no site de hospedagem para iniciantes Expage, escolhendo tons pastéis e depois mudando para o “tema noite estrelada”. Aí fiquei sem espaço e “decidi mudar para o Angelfire. Uau”. Aprendi a fazer minhas próprias imagens. “Isso aconteceu ao longo de quatro meses”, escrevi, impressionada com a rápida evolução de minha cidadania na internet aos dez anos de idade. Recentemente eu voltara a visitar os sites que haviam me inspirado e percebi “como tinha sido idiota em me impressionar com *aquilo*”.

Não tenho nenhuma lembrança de ter começado

inadvertidamente este ensaio duas décadas atrás, ou de ter criado um site pessoal no Angelfire, o qual encontrei enquanto procurava na internet antigos vestígios de mim mesma. O que resta agora é apenas o esqueleto: a página principal, intitulada “OS MELHORES”, mostra uma foto em tons sépia da Andie da série *Dawson’s Creek*, assim como um link quebrado para o novo site “O CAMPO CONGELADO”, que é “MELHOR!”. Há uma página dedicada a um GIF piscante de uma rata chamada Susie, e uma “página com letras legais” com um banner de rolagem e as letras de “All Star” do Smash Mouth, “I Feel Like a Woman!” da Shania Twain e a versão do TLC da desrespeitosa “No Pigeons”, do Sporty Thievez. Em uma página FAQ — sim, havia uma página de perguntas frequentes —, escrevi que fechara minha seção de bonecas customizadas porque “o retorno tinha sido enorme”.

Parece que usei esse site do Angelfire apenas por alguns meses de 1999, logo depois de meus pais terem comprado um computador. Minha página insana de perguntas frequentes especifica que o site fora criado em junho, e uma página chamada “Diário” — que proclama “vou ser completamente sincera sobre minha vida, ainda que não vá me aprofundar em pensamentos pessoais” — mostra apenas entradas de outubro. Uma delas começa assim: “Está TÃO quente lá fora que nem posso contar o número de vezes que bolotas de carvalho caíram na minha cabeça, provavelmente de exaustão”. Mais adiante, escrevi em um tom profético: “Estou ficando louca! Estou viciada na web!”.

Em 1999, passar o dia todo na internet parecia diferente. Era assim para todos, não apenas para crianças de dez anos: essa era a época do *Mensagem para você*, quando parecia que a pior coisa que podia acontecer a alguém no mundo online era se apaixonar por seu rival de trabalho. Durante os anos 1980 e 1990, as pessoas se reuniam na internet em fóruns abertos, atraídos como borboletas pelas flores e poças d’água que eram a curiosidade e as experiências das outras pessoas. Grupos de discussão autorregulados, como os da Usenet, cultivavam discussões animadas e relativamente civilizadas sobre exploração espacial,

meteorologia, culinária e discos raros. Os usuários davam conselhos, respondiam a perguntas, faziam amizades e imaginavam o que essa tal de internet iria se tornar.

Como havia poucos mecanismos de pesquisa e nenhuma plataforma social centralizada, as descobertas nos primórdios da internet aconteciam sobretudo no âmbito privado, e o prazer vinha na forma de uma recompensa solitária. Um livro de 1995 chamado *You Can Surf the Net!* listava sites nos quais era possível ler resenhas de filmes ou aprender sobre artes marciais. Também aconselhava o leitor a seguir a etiqueta básica (não escreva tudo em maiúsculas; não gaste a banda larga dos outros com postagens muito longas) e o incentivava a ficar à vontade naquele novo mundo (“Não se preocupe”, o autor dizia. “Você tem que ser *muito* mala pra ser insultado”). Nessa época, o GeoCities começou a oferecer hospedagem de sites pessoais para pais que queriam ter seus próprios sites sobre golfe ou crianças que criavam santuários reluzentes e piscantes em homenagem a Tolkien, Rick Martin ou unicórnios, a maioria deles ostentando livros de visitas primitivos e um contador verde e preto. O GeoCities, como toda a internet, era desajeitado, feio e só parcialmente funcional, organizado em bairros: /area51/ era para sci-fi, /westhollywood/ para vida LGBTQ, /enchantedforest/ para crianças, /petsburgh/ para animais de estimação. Se você saísse do GeoCities, poderia caminhar por outras ruas nessa cidade de curiosidades em constante expansão. Você poderia passear pelo Expage ou pelo Angelfire, como eu, e parar na via onde dançavam os pequenos hamsters de desenho animado. Havia uma estética emergente: texto piscante, animação grosseira. Se você encontrasse algo de que gostasse, se quisesse passar mais tempo em qualquer um desses bairros, podia construir sua própria casa a partir de paredes de HTML, e então começar a decorá-la.

Esse período da internet foi batizado de Web 1.0 — um nome que surgiu a partir do termo Web 2.0, cunhado pela escritora e designer de experiência do usuário Darcy DiNucci no artigo “Futuro fragmentado”, de 1999. “Sabemos agora”, ela escreveu,

que o que vemos na tela de um browser de maneira essencialmente estática é apenas um embrião da web que está por vir. Os primeiros vislumbres da Web 2.0 estão começando a aparecer. A web será percebida não como uma série de telas com imagens e textos, mas como um mecanismo de transporte, o éter por meio do qual a interatividade acontece.

Na Web 2.0, as estruturas serão dinâmicas, DiNucci previu; em vez de casas, os websites seriam portais, pelos quais um fluxo constante e mutável de atividades — atualizações de status, fotos — poderia ser mostrado. O que você fizesse na internet estaria entrelaçado ao que todos os outros faziam, e as coisas que os outros gostassem se tornariam as coisas que você veria. Plataformas Web 2.0, como Blogger e Myspace, possibilitaram que uma pessoa que estivesse apenas observando a cena começasse a gerar seu próprio cenário personalizado em constante mudança. À medida que mais pessoas começaram a registrar sua existência digital, um passatempo se tornou um imperativo: para existir, você precisava de um registro digital.

Em uma reportagem da *New Yorker* publicada em novembro de 2000, Rebecca Mead traça o perfil de Meg Hourihan, a blogueira Megnut. Apenas nos primeiros dezoito meses, observa Mead, o número de “weblogs” aumentara de cinquenta para vários milhares, e blogs como o de Megnut atraíam milhares de visitantes por dia. Essa nova internet era social (“um blog é formado principalmente por links para outros websites e comentários sobre esses links”) e centrada na identidade do indivíduo (os leitores de Megnut sabiam que ela adoraria que houvesse tacos de peixe mais gostosos em San Francisco, e também que ela era feminista e muito apegada à mãe). A blogosfera também estava cheia de transações mútuas, que tendiam a ecoar e aumentar. “O principal público dos blogs são outros blogueiros”, escreveu Mead. A etiqueta determinava que “se alguém blogar sobre seu blog, você bloga sobre o blog dele”.

Com o surgimento dos blogs, vidas pessoais estavam se

tornando domínio público, e os incentivos sociais — ser visto, ser curtido — se transformavam em incentivos econômicos. O mecanismo de exposição na internet começou a parecer uma base viável para uma carreira. Hourihan fundou o Blogger junto com Evan Williams, que depois foi um dos fundadores do Twitter. A JenniCam, criada em 1996 quando a universitária Jennifer Ringley começou a exibir fotos da webcam instalada em seu dormitório, atraiu mais de 4 milhões de visitantes diários em determinado momento, alguns dos quais pagaram uma inscrição para que as imagens carregassem mais rápido. A internet, ao prometer uma audiência potencialmente ilimitada, começou a parecer o habitat natural da autoexpressão. Em uma postagem, o namorado de Megnut, o blogueiro Jason Kottke, perguntou-se por que ele não escrevia suas ideias de forma privada. “De alguma forma, isso ia parecer estranho para mim”, escreveu. “A web é o lugar pra você expressar suas ideias e emoções e coisas do tipo. Pôr isso em outro lugar parece absurdo.”

A cada dia, mais gente concordava com ele. O clamor pela autoexpressão transformou o vilarejo da internet em uma cidade, que se expandia como uma filmagem em *time-lapse*, com conexões sociais espocando como neurônios em todas as direções. Aos dez anos, eu estava clicando em um *webring* para conferir outros sites do Angelfire repletos de GIFs de animais e testes interativos sobre o Smash Mouth. Aos doze, eu estava escrevendo quinhentas palavras por dia em um perfil público no LiveJournal. Aos quinze, estava publicando fotos minhas de minissaia no Myspace. Quando cheguei aos 25, meu trabalho consistia em escrever coisas que iriam atrair, idealmente, 100 mil estranhos a cada postagem. Agora tenho trinta anos, e grande parte de minha vida é inseparável da internet e de seus labirintos de incessantes conexões forçadas — esse febril, elétrico e inabitável inferno.

Assim como na transição entre a Web 1.0 e a Web 2.0, a internet social coalhou primeiro lentamente, e depois de uma hora para a outra. O ponto de virada, acredito, aconteceu ao redor de 2012. As pessoas estavam perdendo o entusiasmo com a

internet e começaram a articular uma série de novas platitudes. O Facebook se tornara entediante, trivial e exaustivo. O Instagram parecia melhor, mas logo revelaria a função subjacente de seu arranjo confuso de felicidade, popularidade e sucesso. Quanto ao Twitter, com toda a sua promessa discursiva, era o lugar onde todo mundo postava críticas a companhias aéreas e expressava sua cólera em relação a artigos escritos apenas com a finalidade de deixar as pessoas furiosas. O sonho de um eu melhor e verdadeiro na internet estava desaparecendo. Se antes nos sentíamos livres para ser nós mesmos online, agora estávamos *acorrentados* a nossas versões virtuais, e isso nos deixava inseguros. Plataformas que haviam prometido conexão começaram a provocar uma alienação em massa. A liberdade anunciada pela internet se transformou em algo cujo maior potencial vinha de seu uso indevido.

Mesmo quando nos tornamos cada vez mais tristes e feios na internet, a miragem de nosso melhor eu virtual continuou a brilhar. A internet é um meio em que o incentivo à performance é inerente. No mundo real, você pode simplesmente andar por aí vivendo a vida enquanto as outras pessoas olham para você. Mas, na internet, você não pode só andar por aí e ser visível; para que os outros o vejam, você precisa *agir*, precisa se comunicar caso deseje manter uma presença virtual. E uma vez que as plataformas mais relevantes são construídas em torno de perfis pessoais, pode parecer — primeiro em nível mecânico, depois como um instinto codificado — que o principal objetivo dessa comunicação é fazer com que você pareça interessante. Os mecanismos de recompensa online imploram para substituir os offline, e então os ultrapassam. É por isso que todo mundo tenta parecer tão lindo e viajado no Instagram; é por isso que todo mundo se comporta de forma tão orgulhosa e triunfante no Facebook; é por isso que, no Twitter, fazer uma declaração política justa, para muitas pessoas, tornou-se um bem político em si mesmo.

Essa prática é com frequência chamada de “sinalização de virtude”, um termo normalmente usado por conservadores que

querem criticar a esquerda. Mas a sinalização de virtude não está relacionada a um partido específico, e muitas vezes é até apolítica. O Twitter está repleto de promessas dramáticas de lealdade à Segunda Emenda que funcionam como sinalização de virtude entre pessoas de direita; também podemos considerar sinalização de virtude quando, depois do suicídio de uma celebridade, as pessoas postam números de telefone de centros de valorização da vida. Poucos de nós são totalmente imunes a essa prática, pois ela se mistura com um desejo real por integridade política. Postar a foto de um protesto contra a separação de famílias na fronteira do México com os Estados Unidos, como eu fiz enquanto estava escrevendo isto, é uma ação microscopicamente significativa, uma expressão de princípios verdadeiros e também, de forma inevitável, algum tipo de tentativa de mostrar que sou uma boa pessoa.

Levada ao extremo, a sinalização de virtude fez com que algumas pessoas da esquerda tivessem um comportamento bastante desequilibrado. Um caso clássico ocorreu em junho de 2016, depois que um menino de dois anos morreu em um resort da Disney, arrastado por um jacaré em uma lagoa na qual era proibido entrar. Uma mulher, que tinha acumulado 10 mil seguidores no Twitter com seus posts sobre justiça social, viu nisso uma oportunidade e tuitou, de forma magnífica: “Ando tão de saco cheio dos privilégios dos homens brancos que realmente não estou triste que uma criança de dois anos tenha sido comida por um jacaré porque seu pai ignorou as placas”. (Ela foi então bombardeada por pessoas que decidiram demonstrar sua superioridade moral pela via do humor, como também estou fazendo aqui.) Um tuíte parecido circulou no início de 2018 depois de uma história bonitinha ter viralizado: uma grande ave marinha branca chamada Nigel morreu ao lado de um pássaro falso a quem Nigel havia se dedicado por anos. Uma escritora indignada tuitou: “Nem mesmo pássaros de concreto lhe devem afeto, Nigel”, e então escreveu um longo post no Facebook argumentando que as investidas de Nigel para cima do falso pássaro exemplificavam a... *cultura do estupro*. “Estou disposta a

escrever a perspectiva feminista da morte não trágica de Nigel, o ganso-patola, se alguém quiser me pagar por isso”, acrescentou, abaixo do tuíte original, que recebera mais de mil curtidas. Esses momentos desvairados e sua irritante proximidade com a monetização online são estudos de caso que demonstram como nosso mundo — mediado digitalmente e consumido pelo capitalismo de forma integral — simplifica as discussões sobre moralidade, mas dificulta muito a verdadeira vida moral. Você não usaria uma notícia sobre um bebê morto para, na verdade, falar de privilégios brancos se não pertencesse a uma sociedade na qual o discurso sobre justiça chama muito mais a atenção do público do que os próprios fatos que exigem justiça.

Na direita, a performance online da identidade política é ainda mais feroz. Em 2017, o grupo jovem conservador Turning Point USA, que tem uma presença massiva nas redes sociais, organizou um protesto na Universidade Estadual de Kent no qual um estudante usando uma fralda demonstrava que “espaços seguros eram coisa de bebê”. (A ação viralizou, como era de esperar, mas não da maneira como o Turning Point gostaria: o protesto foi uniformemente bombardeado — um usuário do Twitter pôs o logotipo do site pornô Brazzers sobre uma foto do garoto de fralda, e mais tarde o coordenador responsável pelo campus de Kent renunciou.) Também houve consequências muito maiores, a partir de 2014, em uma campanha que se tornou um modelo para a ação política da direita na internet, quando um grupo de jovens misóginos se uniu em um evento que ficou conhecido como Gamergate.

O fato em questão envolveu uma designer de jogos que estaria tendo relações sexuais com um jornalista em troca de uma cobertura favorável. Ela — assim como várias resenhistas de jogos e escritoras feministas — recebeu uma série de ameaças de estupro, de morte e outras formas de assédio, tudo isso escondido sob a bandeira da liberdade de expressão e da “ética no jornalismo de jogos”. Quase todos os *gamergaters* — cerca de 10 mil pessoas, segundo o site Deadspin — negaram o assédio, repetindo sem parar comentários carregados de má-fé ou

enganando a si mesmos com o argumento de que o Gamergate estava centrado em ideias nobres. Até o grupo de mídia Gawker, dono do Deadspin, acabou se tornando um alvo, em parte por conta de seu desprezo agressivo pelos *gamergaters*: a companhia perdeu alguns milhões em receita depois que seus anunciantes foram arrastados para o turbilhão.

Em 2016, um fiasco semelhante virou notícia nacional e ficou conhecido como Pizzagate: alguns fanáticos habitantes da internet supostamente encontraram mensagens codificadas sobre exploração sexual infantil na publicidade de uma pizzaria associada à campanha de Hillary Clinton. Essa teoria foi disseminada na internet por toda a extrema direita, levando a ataques constantes à pizzaria Comet Ping Pong, em Washington, e a todas as pessoas associadas ao restaurante — tudo em nome do combate à pedofilia —, o que culminou no dia em que um homem entrou no lugar atirando com uma arma de fogo. (Mais tarde, esse mesmo grupo sairia em defesa de Roy Moore, o candidato republicano ao Senado acusado de assédio sexual por adolescentes.) A patrulha da esquerda não podia sequer sonhar com essa capacidade de transformar senso de justiça em munição. Até mesmo o movimento militante antifascista conhecido como Antifa é rotineiramente repudiado pelos liberais de centro, apesar do fato de que esse movimento tem suas raízes em uma tradição europeia muito antiga de resistência ao nazismo, não em uma nova constelação paranoica e radical de fóruns e canais de YouTube. A visão de mundo dos *gamergaters* e *pizzagaters* foi atualizada, e em grande parte perdoada, nas eleições de 2016, um evento que sugeria fortemente que as piores coisas da internet estavam agora *moldando*, e não mais refletindo, as piores coisas da vida offline.

A mídia sempre moldou tanto a política quanto a cultura. A era Bush é indissociável dos fracassos da TV a cabo; o abuso de poder do executivo nos anos Obama foi obscurecido pela ênfase que a internet dá à personalidade e à performance; a ascensão de Trump é inseparável da existência de redes sociais que, para continuarem ganhando dinheiro, precisam irritar seus usuários.

Nos últimos tempos, tenho me perguntado como tudo ficou tão *intimamente* terrível, e por que continuamos participando disso. Por que uma quantidade imensa de pessoas começou a gastar a maior parte de seu escasso tempo livre em um ambiente tão claramente tortuoso? Como a internet ficou tão ruim, tão capaz de nos confinar, tão inevitavelmente pessoal, tão politicamente determinante — e por que todas essas perguntas estão no fundo indagando a mesma coisa?

Admito que não tenho certeza de que esses questionamentos sirvam para alguma coisa. A internet nos lembra todos os dias que não é nada gratificante tomar consciência de problemas que não temos nenhuma esperança de resolver. E, o mais importante de tudo, a internet é o que é. Ela já se tornou o órgão central da vida contemporânea. Ela já modificou as conexões cerebrais de seus usuários, fazendo com que voltemos a um estado primitivo de hiperconsciência e distração enquanto nos sobrecarrega com muito mais informações sensoriais do que jamais seria possível em tempos primitivos. Ela já construiu um ecossistema que explora nossa atenção e monetiza o eu. Mesmo que você evite a internet completamente — meu namorado faz isso: por bastante tempo, achou que #tbt significava “*truth be told*” [verdade seja dita] —, ainda estará vivendo em um mundo criado pela internet, um mundo no qual o indivíduo se tornou o último recurso natural do capitalismo, um mundo cujas regras são estabelecidas por plataformas centralizadas que deliberadamente se estabeleceram como incontroláveis e imunes a leis.

A internet é também em grande parte indissociável dos prazeres de nossa vida: nossos amigos, nossa família, nossas comunidades, nossa busca pela felicidade e, às vezes, se tivermos sorte, nossos empregos. Em parte por um desejo de preservar o que vale a pena em meio à deterioração que nos cerca, tenho pensado em cinco problemas que se cruzam: em primeiro lugar, em como a internet é construída para distorcer nosso senso de identidade; segundo, como ela nos encoraja a supervalorizar nossas opiniões; terceiro, como ela maximiza nosso senso de oposição; quarto, como ela degrada nossa

compreensão de solidariedade; e, finalmente, como ela destrói a noção de escala.

Em 1959, o sociólogo Erving Goffman desenvolveu uma teoria identitária que girava em torno da encenação. Em qualquer interação entre seres humanos, escreveu Goffman em *A representação do eu na vida cotidiana*, uma pessoa deve executar uma espécie de performance, criar uma impressão para um público. A performance pode ser calculada, como no caso de um homem que vai a uma entrevista de emprego com todas as respostas ensaiadas; pode também ser inconsciente, como no caso de um homem que foi a tantas entrevistas que já se comporta como o esperado; e, por fim, pode ser automática, como no caso de um homem que passa a impressão correta sobretudo porque é um branco de classe média alta com um MBA. Quanto ao ator, ele pode ser totalmente absorvido por sua própria performance — pode de fato acreditar que seu maior defeito é o “perfeccionismo” —, ou pode ter consciência de que seu ato é uma farsa. De qualquer maneira, ele está representando. Mesmo que *tente* parar de representar, ele continua tendo um público, e suas ações continuam causando um efeito. “O mundo inteiro não é, evidentemente, um palco, mas é difícil especificar os pontos cruciais que fazem com que ele não seja assim”, escreveu Goffman.

Comunicar uma identidade requer algum grau de autoilusão. Um ator, para ser convincente, deve ocultar “os fatos vergonhosos que ele teve de aprender sobre a performance; em termos cotidianos, haverá coisas que ele sabe, ou soube, que não será capaz de dizer a si mesmo”. O candidato ao emprego, por exemplo, evita pensar que sua maior falha, na verdade, envolve o fato de beber durante o expediente. Uma amiga que está jantando com você, no papel de terapeuta que escuta todos os seus dramas românticos mais triviais, precisa fingir para si mesma que não preferiria estar em casa naquele momento, deitada na cama na companhia de um livro de Barbara Pym. O público não tem de estar fisicamente presente para que um ator

se engaje nesse tipo de ocultação seletiva: uma mulher, sozinha em casa durante o fim de semana, pode limpar os rodapés e assistir a documentários de natureza, mesmo que sua vontade fosse bagunçar a casa inteira, comprar uma bucha de cocaína e fazer uma orgia com usuários do Craigslist. É bastante comum que as pessoas façam caretas na frente de espelhos nos banheiros, tentando convencer a si mesmas de que são atraentes. A “crença de que um público invisível está presente”, escreve Goffman, pode ter um efeito significativo.

No mundo offline, há formas de alívio relacionadas a esse processo. Os públicos estão sempre mudando — a performance em uma entrevista de emprego é diferente da realizada mais tarde no aniversário de um amigo em um restaurante, que, por sua vez, também se diferencia daquela que ocorrerá depois, em casa, diante de seu companheiro. Em casa, você pode ter a sensação de que não está representando de maneira nenhuma; de acordo com a estrutura dramática de Goffman, pode sentir que está nos bastidores. Goffman observou que precisamos de um público para testemunhar nossas performances, assim como de uma área nos bastidores onde podemos relaxar, muitas vezes na companhia de “colegas” que antes estavam representando ao nosso lado. Pense em colegas de trabalho em um bar depois de uma importante apresentação, ou em recém-casados em um quarto de hotel depois da festa de casamento: eles ainda podem estar representando, mas estão se *sentindo* leves, desarmados e sozinhos. Idealmente, o público externo acreditou na performance. Os convidados do casamento acham que acabaram de ver um casal de noivos feliz e impecável, e os possíveis clientes acreditam ter conhecido um grupo de gênios que os tornará ricos. “Mas essa imputação — esse eu — é o produto de uma cena que acaba, e não a causa dela”, afirma Goffman. O eu não é uma coisa fixa e orgânica, mas um efeito dramático que emerge de uma performance. As pessoas podem acreditar nesse efeito ou não.

No mundo online — partindo do princípio de que você compre essa teoria —, o sistema naufraga completamente. A

apresentação do eu cotidiano na internet ainda corresponde à metáfora dramaturgica de Goffman. Há palcos, há público. Mas a internet adiciona uma série de outras estruturas metafóricas que são um pesadelo: o espelho, o eco, o panóptico. À medida que avançamos na internet, nossos dados pessoais são rastreados, registrados e revendidos por uma série de corporações — um regime de vigilância tecnológica involuntária que, subconscientemente, diminui nossa resistência à prática *voluntária* de autovigilância nas redes sociais. Se pensamos em comprar algo, o produto passa a nos seguir por toda parte. Podemos restringir nossas visitas, e provavelmente fazemos isso, apenas a sites que reforçam ainda mais nosso senso de identidade, cada um, portanto, lendo coisas escritas para pessoas exatamente como nós. Tudo o que vemos nas redes sociais é fruto de nossas escolhas conscientes e preferências guiadas por algoritmos, e todas as notícias, cultura e interações interpessoais são filtradas tendo nosso perfil como base. A loucura cotidiana perpetuada pela internet é a loucura dessa arquitetura que instala a identidade pessoal no centro do universo. É como se estivéssemos em um posto de observação olhando para o mundo inteiro com um binóculo que faz tudo se parecer com nosso próprio reflexo. Por meio das redes sociais, muitas pessoas passaram a ver qualquer nova informação como uma espécie de comentário direto sobre *quem elas são*.

Esse sistema persiste porque é lucrativo. Como afirma Tim Wu em *The Attention Merchants*, o comércio tem permeado lentamente a existência dos seres humanos, entrando nas cidades do século XIX por meio de placas e cartazes, e então dentro de nossas casas, no século XX, pelo rádio e pela televisão. Agora, no século XXI, no que parece ser uma espécie de estágio final, o comércio se infiltrou em nossa identidade e nossos relacionamentos. Geramos bilhões de dólares para as plataformas de mídias sociais graças ao nosso desejo — e também por uma obrigação econômica e cultural cada vez maior — de replicar para a internet quem conhecemos, quem achamos que somos e quem queremos ser.

A individualidade cede ao peso dessa importância comercial. Nos espaços físicos, há um público limitado e um período de tempo também limitado para cada representação. Online, seu público pode hipoteticamente continuar crescendo para sempre, e a performance nunca precisa terminar. (Em resumo, você pode estar em uma entrevista de emprego infinita.) Na vida real, o sucesso ou fracasso de cada performance geralmente tem uma consequência concreta: você é convidado para um jantar, ou perde a amizade, ou consegue o emprego. Na internet, a performance fica presa ao reino nebuloso dos sentimentos, através de um fluxo ininterrupto de coraçõezinhos e curtidas e visualizações, aglomerados em números junto ao seu nome. O pior de tudo é que não há, essencialmente, nenhum bastidor na internet. Enquanto o público offline deixa o recinto e se renova, o público online nunca precisa ir embora. A versão de seu eu que posta memes e selfies para seus colegas das aulas de pré-cálculo pode acabar xingando o governo Trump depois de um tiroteio em uma escola, como aconteceu com os adolescentes de Parkland, alguns dos quais ficaram tão famosos que nunca mais conseguirão remover de si mesmos o verniz da representação. O eu que trocou piadas com supremacistas brancos no Twitter é o mesmo eu que pode ser contratado e depois demitido pelo *New York Times*, como aconteceu com Quinn Norton em 2018. (Ou, no caso de Sarah Jeong, o eu que fez piadas *sobre* pessoas brancas pode acabar atacado pelos *gamergaters* depois de ser contratado pelo *New York Times* alguns meses depois.) As pessoas que mantêm um perfil público na internet estão construindo um eu que pode ser visto simultaneamente por sua mãe, seu chefe, potenciais futuros chefes, sobrinhos de onze anos, antigos e novos parceiros sexuais, parentes que detestam suas visões políticas, assim como por qualquer um que se interesse em procurá-lo por qualquer motivo imaginável. A identidade, segundo Goffman, é constituída por uma série de reivindicações e promessas. Na internet, uma pessoa altamente funcional é alguém que pode prometer tudo, e o tempo inteiro, para um público que cresce de forma infinita.

Incidentes como o Gamergate são uma consequência parcial das condições de hipervisibilidade. A prática crescente da trollagem — e seu *éthos* de desrespeito e anonimato — tem sido tão forte em parte porque a construção de uma identidade consistente e sua aprovação pelos outros se tornou um imperativo da internet. A misoginia incorporada à trollagem, em especial, reflete a maneira como as mulheres — que, como escreveu John Berger, sempre foram obrigadas a manter uma consciência externa de sua própria identidade — geralmente navegam nessas condições online de forma muito lucrativa. É a autocalibração que, conforme aprendi como menina e mulher, me ajudou a capitalizar o fato de “ter que” estar online. Minha única experiência no mundo foi essa em que o apelo pessoal é primordial e a autoexposição é incentivada; esse paradigma legitimamente infeliz, incorporado primeiro pelas mulheres e agora generalizado para toda a internet, é justamente o que os trolls detestam e repudiam. Eles desestabilizam uma internet construída sobre os conceitos de transparência e simpatia. Eles nos levam de volta ao caótico e ao desconhecido.

É claro, existem muitas maneiras de criticar a hipervisibilidade que são melhores do que a trollagem. Como disse Werner Herzog à revista *GQ* em 2011, a propósito da psicanálise: “Precisamos de nossos cantos obscuros e do inexplicável. Vamos nos tornar inabitáveis, como um apartamento se torna inabitável, se você iluminar todos os cantos escuros e debaixo da mesa e onde quer que seja. Você não pode morar mais em uma casa como essa”.

A primeira vez que fui paga para publicar alguma coisa foi em 2013, o fim da era dos blogs. Tentar ganhar a vida como escritora, com a internet como condição permanente para meu sustento, me deu alguma motivação profissional para permanecer ativa nas redes sociais, fazendo um registro contínuo e atualizado de meu trabalho, personalidade, rosto, inclinações políticas e fotos de cachorro que qualquer um pode ver. Ao fazer isso, muitas vezes senti o mesmo tipo de

desconforto que tomava conta de mim quando fui uma líder de torcida e aprendi a fingir felicidade de maneira convincente durante os jogos de futebol. A sensação era de estar agindo como se tudo fosse divertido e normal e digno de valer a pena, na esperança de que as coisas, magicamente, passassem de fato a ser assim. Tentar escrever na internet, mais especificamente, é operar dentro de um conjunto de suposições que já são duvidosas quando limitadas a escritores, e que então se tornam ainda mais questionáveis quando esses imperativos categóricos passam a valer para toda a internet: a suposição de que a fala tem um impacto e de que é algo como uma ação; e a suposição de que é aceitável e transformador, e até mesmo *ideal*, escrever constantemente sobre o que se pensa.

Eu me beneficiei do foco doentio que a internet tem pela opinião. Tal foco está enraizado na maneira que a internet minimiza a necessidade de ação física: para viver uma vida aceitável, e provavelmente valorizada, no século XXI, você não precisa fazer muita coisa além de se sentar diante de uma tela. A internet pode parecer uma linha direta surpreendente com a realidade — clique se você quiser alguma coisa e aquilo vai aparecer na sua porta duas horas depois; uma série de tuítes sobre uma tragédia viraliza e logo há uma paralisação nacional nas escolas —, mas ela também pode *tirar* nossa energia da ação propriamente dita, deixando a esfera do mundo real para as pessoas que já a controlam, e nos mantendo ocupados com sucessivas tentativas de explicar nossa vida da melhor forma possível. No período que antecedeu as eleições de 2016, e cada vez mais depois disso, comecei a sentir que não havia nada que eu pudesse fazer a respeito de 95% das coisas com as quais eu me importava, além de formar uma opinião sobre elas. E as condições que me permitiam seguir a vida com uma leve histeria cotidiana no meio de um suprimento ilimitado de informações terríveis estavam relacionadas às condições que, ao mesmo tempo, consolidavam o poder, sugando a riqueza para cima, para muito além de meu alcance.

Não quero parecer uma ingênua fatalista e agir como se *nada*

pudesse ser feito a respeito de *nada*. Todos os dias, as pessoas melhoram o mundo praticando ações reais. (Eu não. Estou ocupada demais sentada diante da internet!) Mas o tempo dessas pessoas também foi desvalorizado e roubado pela forma de capitalismo insaciável que controla a internet e que, ao mesmo tempo, é controlado por ela. Hoje em dia, há muito pouco tempo para qualquer coisa que não seja a sobrevivência econômica. A internet se moveu perfeitamente para os interstícios dessa situação, redistribuindo nosso ínfimo tempo livre em microparcelas insatisfatórias espalhadas ao longo do dia. Na falta de tempo para nos envolvermos física e politicamente com nossa comunidade do jeito que muitos de nós gostaríamos, a internet oferece um substituto barato: ela nos proporciona breves momentos de prazer e conexão, ligados à oportunidade de falarmos e ouvirmos constantemente. Nessas circunstâncias, a opinião deixa de ser o primeiro passo em direção a algo e começa a parecer um fim em si mesma.

Comecei a pensar sobre isso quando trabalhava como editora no site Jezebel, em 2014. Eu passava grande parte do dia lendo manchetes de sites voltados a mulheres, a maioria dos quais, na época, já adotara uma tendência feminista. Nesse universo, o discurso era quase sempre considerado como uma espécie de ação intensamente satisfatória, de maneira que você tinha títulos do tipo “Miley Cyrus arrasa ao falar sobre fluidez de gênero no Snapchat” ou “O discurso de Amy Schumer sobre confiança corporal na cerimônia de premiação da *Women’s Magazine* vai fazer você chorar”. Formar uma opinião também era considerado uma forma de ação: postagens de blogs ofereciam às pessoas orientações a respeito de como elas deveriam se sentir diante de polêmicas online ou cenas específicas na TV. Até a própria identidade parecia assumir essa conduta. Simplesmente existir como feminista já era realizar um trabalho importante. Essas ideias se intensificaram e se tornaram mais complexas na era Trump, na qual, de um lado, há pessoas como eu expressando online suas angústias — o que, na maioria das vezes, não produz efeito nenhum — e, de outro, há o fato

incontestável de que a internet nunca produziu tantas mudanças de forma tão rápida. Na turbulência provocada pelas revelações que envolveram Harvey Weinstein, os depoimentos das mulheres influenciaram a opinião pública e levaram diretamente à mudança. Pessoas de poder foram obrigadas a lidar com seus valores. Assediadores e abusadores foram chutados do emprego. Mas, mesmo nessa narrativa, a importância da ação foi sutilmente apagada. As pessoas escreveram com grande reverência sobre o fato de as mulheres estarem abrindo a boca, como se o discurso em si mesmo pudesse trazer liberdade a elas, como se tal coisa também não dependesse de ações políticas, redistribuição de riqueza e engajamento por parte dos homens.

Goffman aponta para a diferença entre fazer algo e *expressar* o fato de fazer algo, a diferença entre sentir algo e transmitir um sentimento. “A representação de uma atividade irá variar, em algum nível, a partir da própria atividade, e portanto inevitavelmente a distorcerá”, escreve Goffman. (Pense, por exemplo, na experiência de curtir um pôr do sol em oposição a comunicar a um público que você está curtindo um pôr do sol.) A internet foi projetada para esse tipo de distorção. Ela funciona de maneira a nos encorajar a criar certas impressões, em vez de permitir que essas impressões surjam “como um subproduto incidental de [nossa] atividade”. É por isso que, com a internet, é tão fácil parar de tentar ser decente, razoável ou politicamente engajado, e apenas tentar *parecer* assim.

À medida que o valor do discurso aumenta ainda mais na economia da atenção online, esse problema só piora. Não sei o que fazer com o fato de que eu mesma sigo me beneficiando com isso. Minha carreira é possível, em grande parte, devido à maneira como a internet implode opiniões, ações e identidades. Eu, como uma escritora cujo trabalho é sobretudo crítico e muitas vezes escrito em primeira pessoa, tenho um interesse inerente em justificar a duvidosa prática de passar o dia todo tentando descobrir o que você pensa. Como leitora, é claro, sou grata às pessoas que me ajudam a entender coisas, e fico feliz que elas — assim como eu — possam ser pagas por isso. Também

me deixa feliz que a internet tenha dado um público a escritores que poderiam ter sido excluídos da indústria ou mantidos à margem. Sou uma dessas pessoas. Mas você nunca vai me ver dizendo que pessoas pagas para ter uma opinião na era da internet são, em geral, uma força que vem para o bem.

Em abril de 2017, o *New York Times* contratou a escritora *millennial* Bari Weiss como editora da seção de opinião e também colunista. Weiss havia se formado em Columbia e trabalhara como editora no *Tablet* e no *Wall Street Journal*. Ela tinha inclinações conservadoras com traços sionistas. Em Columbia, fora uma das fundadoras de um grupo chamado *Columbians for Academic Freedom* [Alunos de Columbia pela liberdade acadêmica], que tentou pressionar a universidade para que punisse um professor pró-Palestina o qual, segundo uma entrevista que ela concedeu à NPR em 2005, a fizera se sentir “intimidada”.

No *Times*, Weiss logo começou a escrever colunas que adotavam o ponto de vista retórico e político de uma autodefesa nervosa, disfarçada com o verniz da indiferença ponderada. “A vitimização, em sua maneira de ver o mundo através da interseccionalidade, é semelhante à canonização; o poder e o privilégio são profanos”, ela escreveu, um fraseado elegante em um texto que alertava o público a respeito do antissemitismo fora de controle evidenciado, aparentemente, por um grupo inexpressivo de ativistas que baniram bandeiras com a estrela de Davi na Marcha das Sapatonas em Chicago [Chicago Dyke March]. Weiss escreveu uma coluna criticando algumas postagens das organizadoras da Marcha das Mulheres nas redes sociais, nas quais elas expressavam apoio a Assata Shakur e Louis Farrakhan. Isso, ela escreveu, era uma evidência preocupante de que os progressistas, tanto quanto os conservadores, eram incapazes de controlar seu ódio interno. (Argumentos que mencionam ambos os lados são sempre atraentes para pessoas que querem parecer do contra e intelectualmente superiores. Esse caso em particular exigia ignorar o fato de que os liberais

continuavam obcecados por “civilidade”, enquanto o presidente republicano, em todas as oportunidades que tinha, apoiava ativamente a violência. Mais tarde, quando o *Tablet* publicou uma matéria investigativa sobre as organizadoras da Marcha das Mulheres, que mantinham laços desconcertantes com o grupo Nação do Islã, elas foram criticadas pelos liberais, aos quais realmente não falta um instinto de autopolicamento. Em grande parte porque a esquerda leva o ódio a sério, a Marcha das Mulheres acabou se dividindo em dois grupos.) Com frequência, as colunas de Weiss apresentavam previsões ressentidas de como seu pensamento ousado e independente deixaria seus adversários malucos e faria com que a atacassem. “Eu inevitavelmente serei chamada de racista”, proclamou em uma coluna intitulada “Viva a apropriação cultural”. “Serei acusada de estar ao lado da extrema direita ou punida por ser islamofóbica”, escreveu em outra coluna. Bem, claro que vai.

Embora argumentasse frequentemente que as pessoas deveriam se sentir mais relaxadas com aqueles que as ofenderam ou discordaram delas, Weiss parecia incapaz de seguir seus próprios conselhos. Durante a Olimpíada de Inverno de 2018, ela viu a patinadora Mirai Nagasu executar de forma bem-sucedida um salto Axel triplo — a primeira patinadora americana a conseguir tal feito em uma Olimpíada — e tuitou, em uma tentativa muito engraçada de elogio, “Imigrantes: eles resolvem todos os trabalhos”. Como Nagasu na verdade nasceu na Califórnia, Weiss foi imediatamente criticada. Isso é o que acontece no mundo online quando você faz algo ofensivo: quando trabalhei no Jezebel, as pessoas me xingavam no Twitter cerca de cinco vezes ao ano por causa de coisas que eu havia escrito ou editado, e esporadicamente outros veículos publicavam artigos sobre nossos erros. Costumava ser esmagador e desagradável, mas sempre útil. Weiss, por outro lado, tuitou que as pessoas que classificavam seu tuíte racista de racista eram um “sinal do fim da civilização”. Algumas semanas depois, ela escreveu uma coluna cujo título era “Somos todos fascistas agora”, argumentando que os liberais furiosos estavam

criando um “achatamento moral da Terra”. Às vezes parece que a principal estratégia de Weiss é lançar um argumento ruim o suficiente a ponto de atrair críticas, e então escolher a dedo o pior dessa crítica a fim de gerar uma base para outro argumento ruim. Sua visão de mundo depende do espectro de uma horda numerosa, inferior e cheia de raiva.

Obviamente, há muitas hordas raivosas na internet. Jon Ronson escreveu sobre isso em 2015, no livro *Humilhado: Como a era da internet mudou o julgamento público*. “Nós nos tornamos profundamente atentos às transgressões”, escreveu, apresentando o estado do Twitter por volta de 2012.

Depois de um tempo, não estávamos atentos apenas às transgressões, mas também aos erros de ortografia. Começamos a ser consumidos pela fúria que sentíamos em relação ao que víamos de errado nos outros. [...] Na verdade, parecia estranho e vazio quando *não havia* ninguém para despertar nossa fúria. Os dias entre um ataque virtual e outro pareciam dias em que ficávamos cutucando as unhas ou boiando na água.

A Web 2.0 tinha coalhado. Sua organização estava mudando. Os primórdios da internet foram construídos ao redor de afinidades, e os bons espaços que ainda restam são ainda produtos de afinidade e abertura. Mas, quando a internet começou a se organizar ao redor da *oposição*, muito do que antes era surpreendente, gratificante e curioso se tornou entediante, tóxico e sombrio.

Essa mudança demonstra os princípios básicos da sociofísica. Ter um inimigo comum é uma maneira rápida de fazer um amigo — aprendemos isso desde o ensino fundamental —, e, politicamente, é muito mais fácil organizar as pessoas contra algo do que uni-las em uma visão afirmativa. Pensando na economia da atenção, o conflito sempre atrai um número maior de pessoas. A Gawker Media prosperou com a tática do antagonismo: seu site principal fez inimigos por todos os lados; o

Deadspin fazia oposição à ESPN, enquanto o Jezebel tinha como alvo as revistas femininas. Houve uma breve onda de conteúdo na internet que era doce, ensolarada e lucrativa — a seção OMG do BuzzFeed, a ascensão de sites como o Upworthy —, mas tudo desapareceu por volta de 2014. Hoje, no Facebook, as páginas políticas com mais visualizações são bem-sucedidas devido à sua postura de oposição constante, agressiva e muitas vezes desequilibrada. Sites amados e cheios de afeto como The Awl, The Toast e Grantland foram todos encerrados. E cada um desses encerramentos nos lembra que é difícil manter uma identidade na internet que seja aberta, generativa e baseada em afinidades.

A ideia de oposição, tão difundida na internet, pode ser boa, útil e revolucionária. Devido à inclinação da internet pela descontextualização e pelo descolamento, uma pessoa em uma rede social pode parecer tão importante quanto a pessoa ou a coisa a quem ela está se opondo. Podemos ter a sensação de que os oponentes estão lutando em igualdade de forças (mesmo que temporariamente). O Gawker cobriu as acusações contra Louis C. K. e Bill Cosby anos antes de a grande mídia levar a sério casos de má conduta sexual. A Primavera Árabe, o Black Lives Matter e o movimento contrário ao oleoduto Dakota Access, todos fazendo um uso estratégico das redes sociais, foram capazes de desafiar e derrubar hierarquias de longa data. Os adolescentes de Parkland conseguiram se posicionar como rivais de todo o Partido Republicano.

Mas a sensação de que há uma batalha igualitária é apenas superficial. Tudo o que acontece na internet quica e refrata. Enquanto, por meio do discurso aberto da internet, as ideologias que se inclinam por uma maior igualdade e liberdade ganham poder, as estruturas de poder já existentes se solidificam justamente por causa da oposição violenta (e sobretudo online) a essas conquistas. Em seu livro lançado em 2017, *Kill All Normies* — um projeto para contabilizar “as batalhas online que, de outra forma, poderiam ser esquecidas, e no entanto moldaram de maneira profunda nossas ideias e nossa cultura” —, a escritora

Angela Nagle argumenta que a extrema direita se uniu em resposta ao aumento do poder cultural da esquerda. O Gamergate, segundo Nagle, juntou uma “vanguarda estranha de fãs de games, adoradores de animes que usam pseudônimos e postam suásticas, conservadores irônicos que assistem a *South Park*, brincalhões antifeministas, assediadores de tendências nerds e trolls fazedores de memes”, formando assim um fronte unido contra “a convicção e autobajulação moral do que parecia uma conformidade liberal e intelectual cansada”. O furo evidente desse argumento é o fato de que aquilo que Nagle identifica como o centro dessa conformidade liberal — ativismo estudantil, Tumblrs obscuros sobre saúde mental e sexualidades misteriosas — são coisas muitas vezes ridicularizadas pelos próprios liberais. E essas coisas, de qualquer maneira, nunca foram tão poderosas quanto aqueles que as detestam gostam de pensar que são. Na verdade, a visão de mundo dos *gamergaters* não estava ameaçada; eles só precisavam *acreditar* que estava, ou fingir que havia qualquer ameaça, e então esperar que um escritor supostamente esquerdista acabasse falando deles. Por fim, eles atacariam e lembrariam a todos o que eram capazes de fazer.

Muitos *gamergaters* tiveram sua expressiva iniciação no 4chan, um fórum online que adotou como um de seus lemas a frase “Não há garotas na internet”. “Essa regra não significa o que você acha que significa”, escreveu um usuário do 4chan, que se identificava, como a maioria deles, como Anônimo.

Na vida real, as pessoas gostam de você porque você é uma garota. Elas querem te comer, então te dão atenção e fingem que o que você diz é interessante, ou que você é esperta ou inteligente. Na internet, não temos chance de te comer. Quer dizer que a vantagem de ser uma “garota” deixa de existir. Você não ganha um bônus na conversa só porque eu gostaria de enfiar meu pau em você.

Ele explicou que as mulheres poderiam ter sua injusta vantagem

social de volta se postassem fotos de seus peitos no fórum. “Isso é, e deveria ser, degradante pra vocês.”

Aqui estava o princípio da oposição em ação. Ao identificarem os efeitos da objetificação sistêmica das mulheres como uma espécie de bruxaria supremacista centrada na vagina, os homens reunidos no 4chan ganharam uma identidade e um inimigo comum muito útil. Muitos desses homens, provavelmente, *experimentaram* as consequências da “conformidade liberal e intelectual” que é o feminismo popular: quando o mercado sexual se tornou mais igualitário, de repente eles se viram incapazes de obter sexo sem esforço. Mas, em vez de trabalharem outras formas de autoatualização, ou tentarem se tornar genuinamente desejáveis — da mesma maneira como as mulheres foram moldadas há muito tempo a um custo altíssimo —, eles criaram uma identidade de grupo centrada na virulência antimulher, declarando então às mulheres que ocasionalmente tropeçam no 4chan que “a única coisa interessante sobre você é seu corpo nu. tl;dr [muito longo; não li]: Peitos ou SAIA DAQUI AGORA”.

Da mesma maneira que esses trolls precisavam creditar às mulheres um poder enorme que elas não tinham, as mulheres, na internet, faziam o mesmo ao falarem sobre os trolls. Quando trabalhei no Jezebel, era fácil acabar caindo sem querer em uma dessas situações. Vamos supor que um bando de trolls me mandasse e-mails ameaçadores, o que não era uma experiência exatamente comum — eu tinha “sorte” —, mas não tão rara a ponto de me surpreender. A economia da atenção online me impeliria a escrever uma coluna sobre esses trolls, usando citações de seus e-mails e dizendo como a experiência de ter sido ameaçada constituía a condição definitiva de ser uma mulher no mundo. (Seria aceitável que eu fizesse isso, *ainda que* eu nunca tenha sido hackeada ou sofrido um *swatting*^[1] ou ataques por parte de *gamergaters*, assim como nunca precisei sair de minha casa e ir para um lugar seguro, como muitas mulheres tiveram de fazer.) Minha coluna sobre trollagem, obviamente, atrairia um grande fluxo de trollagens. Então, tendo provado

meu argumento, talvez eu fosse para a TV discorrer sobre a situação, o que atrairia mais trollagens, e daí eu poderia começar a definir a mim mesma em referência às trollagens para sempre, classificando essas pessoas como inevitáveis e monstruosas, e elas dariam o troco conforme o interesse de seu próprio avanço ideológico, de maneira que toda essa situação poderia continuar até que todos nós morrêssemos.

Uma versão dessa escalada mútua se aplica a qualquer sistema de crença, o que me traz de volta a Bari Weiss e a todos os outros escritores que se apresentaram como corajosas pessoas do contra, forjando argumentos baseados em protestos aleatórios e tuítes raivosos, e fazendo portanto com que fossem profundamente dependentes das pessoas que os odeiam, que são as pessoas que eles odeiam. É ridículo, mas aqui estou eu escrevendo este ensaio, fazendo portanto a mesma coisa. Hoje em dia, é quase impossível separar engajamento e amplificação. (Até mesmo a recusa em se engajar pode ter como resultado a amplificação: no episódio do Pizzagate, as pessoas supostamente satanistas e pedófilas transformaram seus perfis nas redes sociais em contas privadas, o que os *pizzagaters* consideraram uma prova de que estavam certos.) Trolls, escritores ruins e o presidente sabem melhor do que ninguém: quando você diz que alguém é horrível, acaba promovendo o trabalho dele.

A filósofa política Sally Scholz divide a solidariedade em três categorias. Primeiro, a solidariedade social, fundamentada em uma experiência comum; segundo, a solidariedade cívica, fundamentada na obrigação moral junto à comunidade; por último, a solidariedade política, baseada em um comprometimento compartilhado com uma causa. Essas formas de solidariedade muitas vezes se sobrepõem, mas são diferentes uma da outra. Em outras palavras, o que é político não precisa ser pessoal, ao menos não no sentido de necessitar de uma experiência direta. Você não precisa que um passarinho cague na sua cabeça para saber qual é a sensação disso. Para lutar pelo fim de uma injustiça, você não tem de ter sofrido diretamente

alguma injustiça.

Mas a internet põe o “eu” em tudo. A internet faz parecer que demonstrar apoio a alguém significa realmente compartilhar aquela experiência, assim como faz com que a solidariedade pareça uma questão identitária, não política ou moral, cujo melhor momento para vir à tona é o ponto em que ambos os lados se encontram mais vulneráveis. Sob esses termos, em vez de expressar minha solidariedade moral óbvia à luta dos negros americanos sob um estado policial ou a peregrinação de mulheres gordas que precisam percorrer o planeta atrás de roupas estilosas e feitas com cuidado, a internet me encoraja a expressar solidariedade através da minha própria identidade. É *claro* que eu apoio a luta dos negros porque *eu* mesma, como mulher de origem asiática, fui *pessoalmente* afetada pela supremacia branca. (Na verdade, como mulher asiática, parte de um grupo muitas vezes considerado como adjacente ao dos brancos, fui muitas vezes beneficiada pelo preconceito que os americanos têm contra pessoas negras.) É *claro* que eu compreendo que é difícil comprar roupas se você é uma mulher ignorada pela indústria da moda porque *eu* mesma *também* fui marginalizada por essa indústria. Essa estrutura, que põe o eu no centro da expressão de apoio aos outros, é bastante problemática.

Em muitas situações, as pessoas se sentem mais confortáveis diante de uma ideia de agressão do que de uma ideia de liberdade, mesmo quando essas pessoas *não* estão sendo vítimas de maneira sistemática. Por exemplo, os ativistas pelos direitos dos homens desenvolveram um senso de solidariedade em torno da alegação absurda de que os homens são cidadãos de segunda classe. Nacionalistas brancos uniram as pessoas brancas ao redor da ideia de que os brancos estão ameaçados — sobretudo os homens —, isso em um momento em que, segundo a revista *Fortune*, 91% dos CEOs são homens brancos. Isso também em um momento em que 90% dos eleitos para cargos públicos são brancos, assim como a maioria das pessoas importantes do ramo editorial, audiovisual, da música e dos esportes.

Por outro lado, a mesma dinâmica também se aplica a situações nas quais as reivindicações são legítimas e historicamente arraigadas. Os maiores momentos de solidariedade feminista dos últimos anos não surgiram de uma visão afirmativa, mas sim de uma articulação de versões extremas cujo mínimo denominador comum era o desprezo masculino. Esses momentos mudaram o mundo: #YesAllWomen, em 2014, foi a resposta ao massacre em Isla Vista, no qual Elliot Rodger matou seis pessoas e feriu catorze na tentativa de se vingar das mulheres que o haviam rejeitado. As mulheres reagiram a essa história através de um reconhecimento nauseante: quase sempre os assassinatos em massa estão ligados à violência contra a mulher, e, para as mulheres, isso é algo que se aproxima da experiência de tentar acalmar um homem devido ao medo real de que ele a machuque. Alguns homens, por sua vez, responderam de forma desnecessária lembrando que “nem todos os homens” são assim. (Uma vez fui atingida por um desses “nem todos os homens” logo depois que um estranho gritou algo obsceno para mim; o cara com quem eu estava percebeu minha irritação e prestativamente me lembrou de que nem todos os homens são idiotas.) As mulheres começaram a postar no Twitter e no Facebook usando a hashtag #YesAllWomen a fim de mostrar algo importante, ainda que óbvio: nem todos os homens deixam as mulheres com medo, mas sim, todas as mulheres já sentiram medo de um homem. Depois das revelações envolvendo Harvey Weinstein, em 2017, as comportas do #MeToo se abriram, revelando inúmeras histórias sobre mulheres subjugadas pelas mãos de homens poderosos. Ao resistirem à rejeição e às formas-padrão de descrença — não é possível que tenha sido *tão* ruim; parece suspeito logo *ela* contar *essa* história —, essas mulheres apoiaram umas às outras por meio de discursos simultâneos com a hashtag #MeToo, provando assim que o abuso de poder masculino era inevitável e estava por toda parte.

Nesses casos, vários tipos de solidariedade pareceram naturalmente se fundir. Foram as experiências individuais das

mulheres como vítimas que produziram nossa ampla oposição moral e política a essas experiências. Ao mesmo tempo, havia algo na hashtag em si — seu design, e as ideias que ela afirmava e solidificava — que acabava por apagar a diversidade das experiências das mulheres, assim como fazia parecer que o ponto crucial do feminismo era a própria articulação da vulnerabilidade. Uma hashtag é criada especialmente para tirar uma declaração de contexto e posicioná-la como parte de um enorme e único pensamento, e uma mulher que usa uma dessas hashtags se torna visível em um momento previsível de agressão masculina, como o dia em que seu chefe a agarrou, ou a noite em que um estranho a seguiu até sua casa. O resto de sua vida, que é geralmente muito menos previsível, permanece na invisibilidade. Mesmo quando as mulheres tentaram usar #YesAllWomen e #MeToo para recuperar o controle da narrativa, essas hashtags, pelo menos parcialmente, concretizaram a coisa que elas estavam tentando erradicar: a sensação de que a história das mulheres pode ser lida como uma história de perda de controle. Eles fizeram a solidariedade feminista e a vulnerabilidade compartilhada parecerem inseparáveis, como se fôssemos incapazes de criar uma rede de solidariedade em torno de qualquer outra coisa. O que temos em comum é essencial, obviamente, mas as diferenças entre as histórias das mulheres — os fatores que fazem algumas sobreviverem e outras serem empurradas para baixo — é que iluminam os vetores que vão levar a um mundo melhor. E uma vez que não há em um tuíte espaço ou obrigatoriedade de se adicionar uma ressalva sobre experiência pessoal, e uma vez que as hashtags sutilmente igualam depoimentos desconexos de uma maneira que não pode ser controlada por quem os produz, ficou fácil para os críticos do #MeToo afirmarem que as mulheres devem mesmo achar que ter um encontro frustrante é o mesmo que ser violentamente estuprada.

É incrível pensar que coisas como o design de uma hashtag — esses experimentos de arquitetura digital com uma função muito clara — moldaram de forma crucial nosso discurso político.

Nosso mundo seria diferente se a maioria dos usuários do 4chan não se identificasse como “Anônimo”, ou se todas as redes sociais não fossem centradas nos perfis dos usuários, ou se os algoritmos do YouTube não mostrassem vídeos cada vez mais extremos para chamar a atenção dos espectadores, ou se hashtags e retuítes simplesmente não existissem. É por causa da hashtag, do retuíte e do perfil que a solidariedade na internet se entrelaça de forma inseparável com a visibilidade, a identidade e a autopromoção. É revelador que os gestos de solidariedade mais amplamente divulgados sejam pura representação, como repostagens que viralizam e fotos de perfil com filtros relacionados a causas específicas. Enquanto isso, os mecanismos *reais* pelos quais a solidariedade política acontece, como greves e boicotes, ainda existem à margem. Os extremos da solidariedade performativa são visivelmente embaraçosos: uma personalidade cristã das redes sociais encorajando outros conservadores para que dissessem aos atendentes do Starbucks que seu nome era “Merry Christmas”; ou então Nev Schulman, do programa de TV *Catfish*, tirando uma selfie no elevador com a mão sobre o coração e escrevendo a frase: “Um homem de verdade mostra sua força por meio da paciência e da honra. Este elevador é um ambiente livre de abusos”. (Na faculdade, Schulman deu um soco em uma garota.) A celebração tão expressiva nas redes sociais em relação a mulheres negras — pessoas brancas tuitando “as negras salvarão a América” depois das eleições, ou Mark Ruffalo escrevendo que estava rezando e que então Deus respondeu a ele na forma de uma mulher negra — sugere muitas vezes uma necessidade bizarra por parte dos brancos de participarem ativamente em uma ideologia de igualdade que, de forma ostensiva, está pedindo para que eles fiquem na deles. Em certo ponto de *A representação do eu*, Goffman diz que a maneira como o público molda o papel do ator pode se tornar mais elaborada do que a própria performance. É assim muitas vezes com as demonstrações de solidariedade online: a forma de escutar é tão extrema e performativa que, em muitos casos, acaba se tornando o próprio espetáculo.

A última distorção produzida pelas redes sociais, e possivelmente a mais destrutiva em termos psicológicos, é a distorção de escala. Não se trata de um acidente, mas sim um aspecto essencial do design: as redes sociais foram construídas em torno da ideia de que algo é importante na medida em que é importante para você. Em uma comunicação interna a respeito do *feed* de notícias do Facebook, Mark Zuckerberg observou — parece mentira, mas não é — que “Um esquilo que morreu na frente da sua casa pode ser mais interessante pra você agora do que pessoas morrendo na África”. A ideia era que as redes sociais nos dariam uma espécie de botão de sintonia fina para ajustar o que víamos. O resultado disso foi uma situação sobre a qual nós — primeiro como indivíduos, depois inevitavelmente como um coletivo — não tínhamos, no fundo, controle nenhum. A ideia do Facebook de mostrar às pessoas apenas aquilo que elas estavam interessadas em ver resultou, em uma década, no almejado fim da realidade cívica compartilhada. E essa decisão, combinada com o fato de que é financeiramente recompensador para as plataformas estimular constantes respostas emocionais em seus usuários, cristalizou o que agora se tornou norma no consumo de mídia: hoje em dia consumimos sobretudo notícias em conformidade com nosso alinhamento ideológico, alinhamento este que foi ajustado com precisão para que nos sentíssemos, ao mesmo tempo, loucos e os senhores da razão.

No livro *The Attention Merchants*, Tim Wu observa que as tecnologias projetadas para aumentar o controle sobre nossa atenção geralmente têm o efeito oposto. Wu usa como exemplo o controle remoto, o qual fez com que a mudança de canais se tornasse “praticamente não volitiva”, levando os espectadores a um “estado mental parecido com o de um recém-nascido ou de um réptil”. Na internet, tal dinâmica foi automatizada e espalhada na forma de *feeds* de redes sociais — infinitamente variados, mas, por alguma razão, monótonos —, essas mangueiras viciantes de informação que nós miramos na direção de nosso cérebro durante a maior parte do dia. Como muitos críticos observaram, quando estamos diante de nossa *timeline*,

exibimos o clássico comportamento de ratos de laboratório em busca de recompensas, do tipo observado quando se coloca um desses roedores na frente de um *dispenser* de comida imprevisível. Os ratos param de empurrar a alavanca caso o *dispenser* forneça comida regularmente, ou caso nunca a forneça. Mas, se as recompensas oferecidas pela alavanca forem raras e irregulares, os ratos nunca vão parar de apertá-la. Em outras palavras, é *essencial* que as redes sociais sejam, na maior parte do tempo, insatisfatórias. É isso que nos mantém passando, passando, pressionando nossa alavanca repetidas vezes, na esperança de sentirmos algo fugaz, algum ímpeto momentâneo de reconhecimento, bajulação ou raiva.

Como muitos de nós, tornei-me bastante consciente de como meu cérebro se degrada quando eu o imobilizo a fim de que ele receba todo o fluxo que desce pela corredeira da internet, esses canais ilimitados, todos constantemente carregando novas informações: nascimentos, mortes, ostentação, bombardeios, piadas, anúncios de emprego, publicidade, avisos, reclamações, confissões e desastres políticos, que atacam nossos neurônios desgastados com enormes ondas de informação que nos levam a nocaute e são instantaneamente substituídas. É uma maneira horrível de se viver, e que está nos desgastando rapidamente. No final de 2016, escrevi um post para a *New Yorker* sobre os gritos de “o pior ano de todos” que inundavam a internet. Houvera ataques terroristas por todo o mundo, e o massacre da boate Pulse em Orlando. David Bowie, Prince e Muhammad Ali tinham morrido. Mais negros foram executados pela polícia, que não conseguia controlar seu medo e ódio racista: Alton Sterling fora morto em um estacionamento em Baton Rouge, onde vendia CDs; em uma rotineira blitz de trânsito, Philando Castile fora assassinado enquanto tentava conseguir sua permissão de porte de arma. Cinco policiais foram mortos em Dallas em um protesto contra violência policial. Donald Trump fora eleito presidente dos Estados Unidos. O Polo Norte estava 2,2 graus mais quente do que o normal. A Venezuela entrava em colapso. Famílias morriam de fome no Iêmen. Em Aleppo, uma menina

de sete anos chamada Bana Alabed estava tuitando sobre seu medo da morte iminente. E, diante desse cenário, estávamos todos *nós*, com nossa estúpida individualidade, nossas estúpidas frustrações, nossas malas extraviadas e trens atrasados. Para mim, parecia que essa supersaturação castigante persistiria, a despeito de quais fossem as notícias. Escrevi que não havia limite para a quantidade de tragédias que uma pessoa podia absorver pela internet, assim como não havia meio de calibrar as informações de maneira correta; nenhum guia sobre como expandir nosso coração para acomodar ao mesmo tempo as diferentes escalas de experiências humanas, nenhuma maneira de aprendermos a separar o banal do profundo. A internet estava aumentando drasticamente nossa capacidade de saber sobre as coisas, enquanto nossa capacidade de *mudar* as coisas continuava a mesma, ou possivelmente diminuía bem diante de nós. Comecei a achar que a internet apenas induziria esse ciclo de desgosto e endurecimento, um hiperengajamento que faria cada vez menos sentido.

Mas, quanto pior fica a internet, mais parecemos sedentos por ela. Quanto pior, mais ela ganha o poder de moldar nossos instintos e desejos. Para me proteger disso, estabeleci limites arbitrários: não uso o *stories* do Instagram, desabilitei as notificações e tenho aplicativos que bloqueiam o Twitter e o Instagram depois do limite de 45 minutos diários. Ainda assim, ocasionalmente, vou desativar meus bloqueadores de redes sociais e me sentarei ali como um rato empurrando a alavanca, como uma mulher batendo com um martelo na própria testa sem parar, me masturbando durante o pesadelo até que eu finalmente sinta o cheiro de gasolina de um bom meme. A internet ainda é tão jovem que é fácil manter alguma esperança inconsciente de que tudo ainda possa resultar em algo. Lembramos que, em determinado momento, tudo isso se parecia com borboletas, flores e poças d'água, e nos sentamos pacientemente em nosso inferno purulento esperando que a internet mude e volte a ser o que era e nos surpreenda de novo. Mas isso não vai acontecer. A internet é regida por incentivos que fazem com que seja

impossível sermos pessoas inteiras ao interagirmos com ela. No futuro, seremos inevitavelmente menores. Restará cada vez menos de nós, não apenas como indivíduos, mas também como membros de uma comunidade, um coletivo de pessoas que juntas enfrentam uma série de catástrofes. A distração é uma “questão de vida ou morte”, escreveu Jenny Odell em *How to Do Nothing*. “Um corpo social que não consegue se concentrar ou se comunicar é como uma pessoa que não consegue pensar e agir.”

É claro que há séculos as pessoas estão sendo chatas com isso. Sócrates temia que o ato de escrever “enchesse a alma dos alunos com a capacidade de esquecer”. O cientista do século XVI Conrad Gessner temia que o advento da prensa criasse um ambiente “sempre ativo”. No século XVIII, os homens reclamavam que os jornais eram intelectual e moralmente isolantes, e que a popularização do romance faria com que fosse difícil para as pessoas — sobretudo para as mulheres — diferenciar a ficção dos fatos. Achávamos que o rádio ia distrair as crianças e, depois, que a televisão corroeria a cuidadosa atenção exigida pelo rádio. Em 1985, Neil Postman observou que o desejo americano por entretenimento constante havia se tornado tóxico, e que a televisão levava a uma “grande descida à trivialidade”. A diferença é que, hoje, não há mais para onde ir. Não há mais terras para o capitalismo cultivar, a não ser o eu. Tudo está sendo canibalizado, e não somente bens ou trabalho, mas também personalidade, relacionamentos e atenção. O próximo passo é a completa identificação com o mercado online, a fusão física e espiritual com a internet, um pesadelo que já está batendo na porta.

O que poderia acabar com o pior da internet? Quem sabe o colapso social e econômico, ou talvez uma série de casos antitruste acompanhados por um pacote de rígida legislação regulatória, o que de alguma forma desmantelaria o principal modelo de lucro da internet. Nesse ponto, está claro que o colapso deve acontecer antes. Exceto por isso, não temos nada além de nossas pequenas tentativas de reter nossa humanidade.

Devemos agir segundo um modelo de individualidade real, que aceita a culpabilidade, a inconsistência e a insignificância. Teríamos de pensar com muito cuidado sobre o que estamos recebendo da internet, e sobre o quanto estamos dando em troca. Teríamos de nos importar menos com nossas identidades, ser profundamente céticos em relação a nossas opiniões insuportáveis, prestar atenção nos momentos em que a oposição nos beneficia, ter vergonha quando não podemos expressar solidariedade sem nos colocarmos em primeiro lugar. A alternativa é impronunciável. Mas você sabe disso — ela já está aí.